ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.

CNPJ: 05.053.020/0001-44

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - ANO 2019

A Diretoria da Albras - Alumínio Brasileiro S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração o presente relatório e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício do ano de 2019, acompanhadas pelo parecer dos Auditores Independentes.

Em 2019, a Albras completou 34 anos de operação, com foco na estabilidade dos processos industriais, celebrando conquistas em segurança, a retomada da produção e desenvolvendo pessoas.

Produção, vendas e faturamento

Em 2019, a Albras produziu 326.588 toneladas de alumínio líquido, sendo 243.500 destinadas à produção de lingotes de alumínio primário e 80.849 de metal primário em forma líquida. O montante representa um aumento de +6,2% em relação a 2018. O aumento foi ocasionado, principalmente pelo encerramento da "força maior" declarada pela Alunorte, fornecedora exclusiva de alumina, matéria-prima principal para a produção do alumínio. Baseado no reestabelecimento do suprimento de alumina, em 15 maio de 2019 a companhia iniciou o religamento de 384 cubas, passando para 946 cubas em operação em outubro de 2019. Em paralelo, foi realizada a adequação de amperagem, a fim de equalizar a produção de alumínio ao volume de alumina ofertado.

Foram comercializadas 318.953 toneladas de alumínio, o que representou um aumento de 15.397 toneladas comparado a 2018, ou +5,1%, considerando toneladas movimentas. O faturamento bruto foi R$2.677,1 milhões em 2019, menor do que o ano anterior em 6,1%, distribuído da seguinte forma: R$1.895,9 milhões, equivalente a 204.292 toneladas de alumínio fornecidas para o mercado interno e R$644,4 milhões, equivalente a 114,661 toneladas vendidas no mercado externo.

O preço médio de venda do alumínio foi de R$8.391/tonelada, representando uma diminuição de 10,7% em relação a 2018. Esse impacto negativo foi devido principalmente à desvalorização de 14,9% no preço médio de mercado, medido pelo índice do alumínio primário, cotado na bolsa de valores de Londres, definido como LME *(London Metal Exchange).*

Resultado econômico

O lucro líquido apurado foi - R$299,3 milhões em 2019, influenciados principalmente pela margem operacional de - R$250,3 milhões advinda da venda de alumínio primário em lingotes e na forma líquida, e da cessão do excedente de energia elétrica proveniente do desligamento das cubas em abril de 2018, fato que se estendeu até maio de 2019 com o término do embargo produtivo da fornecedora de alumina.

Os custos fixos de 2019, compostos por gastos com pessoas, materiais e serviços, foram menores do que os do ano anterior em 0,38%, sendo alinhados com a expectativa da companhia para o ano corrente.

Investimentos

Foram executados R$232,3 milhões de investimentos em projetos de gastos de capital em 2019, sendo R$111,3 milhões em projetos de manutenção dos ativos (projetos correntes, reforma de equipamentos, sobressalentes e TI) e R$121,0 milhões em reforma dos fornos (revestimento de cubas, fornos de espera da Fundição e fornos de cozimentos de anodos).

Gestão ambiental: resultados sustentáveis

Os resultados de emissões atmosféricas e hídricas apresentaram valores dentro dos permitidos pelas legislações pertinentes e em atendimento à Licença de Operação da fábrica. Os resultados são reportados periodicamente ao órgão ambiental licenciador, comprovando sua conformidade. A Albras manteve sua Certificação Ouro no programa brasileiro do "GHG Protocol", validado por auditoria de terceira parte, comprovando a qualidade do sistema de gestão de emissões dos gases de efeito estufa.

A reciclagem e o reaproveitamento de resíduos são parte importante da política de sustentabilidade da Albras. Pelo 9º ano consecutivo, a Área de Disposição de Resíduos Sólidos (ADRS) da empresa permaneceu sem recebimento de qualquer contribuição, sendo os resíduos gerados na fábrica direcionados para outros fins, como reutilização e coprocessamento. O programa de coprocessamento do Revestimento Gasto de Cubas (RGC) na indústria cimenteira, tratamento ambientalmente correto e eficaz, atingiu 18.896 toneladas de resíduos processados em 2019, bem superior à geração no mesmo período, representando a diminuição de 10.779 toneladas no nível do estoque.

Segurança: Melhoria do Desempenho

O resultado de acidentes registráveis (tratamento médico, restrição ao trabalho e afastamento) foi o melhor da história da Albras, totalizando 3 eventos no ano. Ainda, como destaque, a taxa para empregados de contratadas foi ZERO, completando mais de 1 ano sem qualquer evento registrável. Os resultados foram impulsionados pelo fortalecimento do Programa de Melhoria de Desempenho Humano (Foco Comportamental) e da prática de "parar e pedir ajuda", como ferramentas de mudança de cultura amplamente reforçadas e com reconhecimento mensal.

Sistema de gestão estratégica do negócio (AMBS)

A Albras manteve o plano de 2018 para 2019, como principal direcionador da estratégia da empresa e com o foco na excelência das pessoas, porém com os esforços direcionados para a retomada da produção e a repartida dos fornos. A estratégia de gestão de pessoas enfatiza a implementação de planos de sucessão e o desenvolvimento de competências, por meio da melhoria contínua e da inovação, criando um clima propício para o engajamento das pessoas e consequente excelência operacional.

A retomada da produção e a consolidação do Programa 5S foram prioridades. Uma mudança de cultura focada na excelência operacional e na segurança, em todas as áreas da fábrica. Devido à redução de produção os times puderam realizar a revisão dos procedimentos operacionais com os itens de 5S nas tarefas e adoção de padrão visual a ser auditado após a implantação para tornar o ambiente de trabalho mais limpo, confortável e seguro, visando a padronização e a manutenção destas condições a longo prazo, além da preparação para a retomada da produção.

Após a certificação das áreas e o estabelecimento dos padrões, o compromisso da liderança e dos empregados continua com as auditorias diárias e a análise crítica dos resultados com o score mínimo de 85% de atendimento aos padrões de 5S após a repartida. O resultado do último trimestre chegou em 88,7% e, considerando o ano de 2019, chegou a 84%.

Em 2019, o terceiro Seminário Albras de Melhorias (INOVA) contou com 50 trabalhos inscritos, 26 deles avaliados por uma comissão julgadora formada pela alta gestão da Albras e convidados da Alunorte, Mineração Paragominas e Norsk Hydro Brasil. Além de trazer benefícios ao negócio, o INOVA reforça a utilização do AMBS e valoriza o trabalho em equipe e a meritocracia, estimulando a inovação e a criatividade. Nesse seminário, 12 trabalhos foram finalistas e o vencedor de cada uma das quatro categorias foi reconhecido em uma noite de premiação. Além deste anúncio, houve reconhecimento especial ao time da repartida de produção, que representou todas as equipes da planta que se dedicaram a essa jornada desafiadora.

Ainda na área de qualidade, a Albras permaneceu no grupo de indústrias do país a possuir a certificação integrada em importantes Normas Internacionais. Após a realização de auditorias de recertificação em toda fábrica, o *Bureau Veritas* (órgão certificador) manteve as certificações internacionais nas Normas ISO 9001:2015 (Qualidade); ISO 14001:2015 (Meio Ambiente); e OSHAS 18001:2007 (Saúde e Segurança).

Clima de trabalho e qualificação profissional

O diálogo aberto, transparente e franco é uma característica do relacionamento da alta direção com todos os empregados da Albras. A empresa possui o programa "Conversa com o Presidente", que promove encontros semanais onde grupos de empregados das diferentes áreas participam de uma conversa com o CEO da planta, trazendo à mesa dúvidas e sugestões de melhoria.

Para construir um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e acolhedor, a empresa realizou também diversas ações para prevenir práticas de assédio, discriminação e preconceito. Foram palestras com todos os níveis da organização sobre como identificar e combater tais situações; a realização da Semana de Compliance, com foco no combate ao assédio no ambiente de trabalho, além de uma campanha de comunicação que incentivou os empregados a repensar atitudes, sendo agentes de mudança contra práticas de bullying, discriminação de gênero, homofobia, entre outros temas.

Em 2019, a pesquisa de clima organizacional da Albras , o Hydro Monitor, não foi realizada em virtude de questões internas globais. A nova programação de pesquisa está agendada para setembro de 2020.

Em se tratando da remuneração variável anual, a Albras teve o desafio de estabelecer metas que, de fato, refletissem a estabilidade e o avanço dos processos, após a retomada da produção em 100%. A empresa manteve a participação nos resultados em 2019 mesmo em um cenário financeiro desfavorável, mantendo também todos os postos de trabalho.

O Programa Jovem Talento (Jovem Aprendiz), realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), formou 45 alunos, nos cursos de Operador Metalúrgico, Manutenção Mecânica e Elétrica. Todos são candidatos potenciais para futuras oportunidades nas empresas do grupo Hydro.

Até dezembro de 2019, o total de empregados na planta era de 1.215, sendo 39 empregados PCDs (pessoas com deficiência) e 12 novas contratações em andamento. No mesmo período, a Albras promoveu ações de treinamento operacional e de liderança, que representaram um total de 29.000 horas, com eficácia de 100% entre os *scores* que atendiam ou estavam acima do esperado. A Albras investiu cerca de R$650 mil em ações de desenvolvimento de pessoas.

Responsabilidade Social Corporativa

Em 2019, a Albras, ciente de sua responsabilidade social, desenvolveu diversas atividades e programas que estreitam sua relação com a comunidade, alinhadas à estratégia de Sustentabilidade da Norsk Hydro, que objetiva criar uma sociedade mais viável no território, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) que compõem a estratégia de CSR – Responsabilidade Social Corporativa.

1. Investimento Social Privado - Programas Sociais

A Albras, assim como a Hydro, entende que o investimento social privado pode e deve ser estruturado na perspectiva de construir e manter as boas relações que caracterizam o que podemos chamar de "bons vizinhos".

Em 2019, a área de programas sociais promoveu workshops com os parceiros prioritários para discutir temas e questões-chave para a construir uma estratégia de CSR e avaliar o desempenho dos seus investimentos sociais comunitários. Em 2019, a Albras investiu nos seguintes programas sociais em Barcarena, estado do Pará:

1.1. Programa Sustentar

O programa possui três linhas de atuação: i) organização e fortalecimento dos catadores de resíduos recicláveis; ii) programa de educação para o município de Barcarena; iii) projeto de implementação da Unidade de Triagem de resíduos recicláveis de Barcarena.

Em 2019, diversos treinamentos para organização em cooperativa e ações de educação ambiental foram realizados com os catadores. Também houve reuniões dos Núcleos Técnicos que discutem as oportunidades e desafios da gestão de resíduos sólidos e a implementação da Ouvidoria Sustentar.

1.2. Todos pelo Trabalho

O programa objetiva desenvolver estratégias que potencializem a inserção de profissionais locais nos múltiplos setores econômicos de Barcarena. A iniciativa conta com um diagnóstico realizado no município para o entendimento do perfil de mão de obra local e os desafios do emprego. A elaboração das diretrizes para o desenvolvimento do projeto social contou com o engajamento de diversas partes interessadas na construção de estratégias que resultou na elaboração de um Plano de Trabalho conjunto com a sociedade civil, empresas locais, governo local e demais instituições locais.

1.3. Ativa Barcarena

Informações insuficientes sobre a agricultura e sobre o perfil socioeconômico estimularam a construção do Projeto Ativa Barcarena, destinado a conhecer o cenário agrícola e reconhecer as potenciais cadeias produtivas do município de Barcarena.

O diagnóstico atuou em três frentes: (1) Solos - Análise de fertilidade e qualidade dos solos; (2) Famílias - registrando o perfil socioeconômico das Unidades de Produção Familiar de 300 famílias de produtores participante; (3) Comunidades - realizando a assistência técnica agrícola em diversos temas, a partir do interesse das comunidades.

2. Engajamento com Partes Interessadas

2.1. Diálogo Social

O diálogo social visa contribuir a construção de um relacionamento de confiança, fortalecimento de vínculos e promoção do engajamento entre a empresa e os membros/comunidades da sua área de influência e/ou que são impactados pelas atividades da Albras. Trata-se de um processo que incrementa a convivência, minimiza as interferências externas desfavoráveis ao negócio, assegurando a licença social para operar e fortalecendo a sua reputação. As oportunidades dialógicas de interação consideram públicos, tais como, associações comunitárias, entidades do terceiro setor, associações de classes, instituições religiosas, comunidades tradicionais, lideranças informais, população em geral.

2.2. Sistema Canal Direto

Canais de escuta e interação fazem parte do processo de relacionamento da Albras e são um importante degrau para o engajamento social. Por isso, a empresa possui canais de comunicação 24 horas gratuitos – Canal Direto, que compõem o sistema de registro de reclamações e queixas, e é gerenciado pela área de engajamento com partes interessadas, que também conta com profissionais que realizam o diálogo social diário com as comunidades próximas às operações da Hydro.

2.3. Programa Voluntários em Ação

O Programa Voluntários em Ação é o incentivo para que empregados, aprendizes, estagiários, contratados, prestadores de serviços e familiares disponibilizem de maneira voluntária, espontânea e organizada, tempo, emoção, conhecimento e habilidades em prol de outras pessoas e/ou organizações visando a transformação social e o desenvolvimento sustentável dos territórios nos quais estamos inseridos. Em 2019, o programa passou por reestruturação e formou comitês em 5 unidades da Hydro no Pará e Rio de Janeiro. Na Albras, o comitê é formado por lideranças de áreas distintas responsáveis pelo gerenciamento, articulação, disseminação e mobilização do público interno e externo. As ações de voluntariado da Albras, em 2019 abrangeram 8 Comunidades, por meio da realização de 14 ações de voluntariado, com 231 voluntários engajados e mais de 6.000 pessoas beneficiadas.

2.4. Direitos Humanos

Desde meados de 2019, a Albras inicia seu investimento na Condução de um *Due Diligence* de Direitos Humanos, que visa adequar as práticas empresariais da empresa no Pará às boas práticas internacionais e em linha com os princípios da ONU, introduzindo processos de avaliação e gestão de impactos de direitos humanos, minimizando movimentos de autoridades competentes nessa temática, bem como de ONGs especializadas, na investigação de potenciais impactos negativos advindos da presença da Hydro e da Albras no Pará. Um dos resultados apresentados foi o desenvolvimento de uma agenda estrutural de execução de uma avaliação de direitos humanos e implantação. Essa agenda busca o aprofundamento da compreensão da real situação de eventuais impactos em direitos humanos por parte da Albras, ao mesmo tempo estruturando suas políticas, ferramentas e mecanismos para que a empresa possa desenvolver suas atividades de uma forma adequada, da perspectiva de suas obrigações de Empresa & Direitos Humanos, inscritas na Política de Direitos Humanos da Norsk Hydro.

Barcarena, 30 de abril de 2020

Diretoria

João Batista Fialho de Menezes - Diretor-Presidente

Hajime Tonoki - Diretor Vice-Presidente e Financeiro

Conselho de Administração

Ola Saeter - Conselheiro
Svenn Sundgot - Conselheiro
Anders Stenhagen - Conselheiro
Yoshiki Takizawa - Conselheiro
Tae Matsumoto Kido - Conselheira
Takashi Nakamura - Conselheiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	95.653	148.801
Contas a receber de clientes:			
Partes relacionadas	10	150.258	71.765
Terceiros	8	151.619	183.416
Estoques	9	476.075	474.504
Outras contas a receber com partes relacionadas	10	4.969	7.003
Impostos e contribuições a recuperar	11	58.805	77.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	30.108	26.528
Adiantamento a fornecedor de energia	21 (a)	58.300	58.300
Outros recebíveis		14.669	12.317
		1.040.456	1.059.975
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	248.672	94.844
Impostos e contribuições a recuperar	11	131.567	120.612
Depósitos judiciais	16	11.383	12.335
Adiantamento a fornecedor de energia	21 (a)	238.057	296.356
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.1 (a)	5.510	20.370
Outros ativos		5.501	7.018
		640.690	551.535
Imobilizado	13	1.161.832	1.050.230
Intangível		3.240	5.429
Total do ativo		2.846.218	2.667.169

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores:			
Partes relacionadas	10	77.304	51.348
Terceiros	14	85.144	95.122
Empréstimos e financiamentos	15	363.304	-
Arrendamentos	16	20.655	1.059
Impostos e contribuições		16.878	18.688
Salários, provisões e encargos sociais		35.091	35.279
Outras contas a pagar com partes relacionadas	10	5.196	11.415
Provisões	17	7.436	9.303
Dividendos à pagar	10 e 18	121.700	60.671
Outros		1.992	933
		734.700	283.818
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	133.013	-
Arrendamentos	16	17.122	906
Provisões	17	100.371	100.069
		250.506	100.975
Patrimônio líquido	18		
Capital social:			
Residentes no país		575.744	575.744
Residentes no exterior		553.166	553.166
		1.128.910	1.128.910
Reservas de capital		19.020	20.259
Reserva de lucros		713.082	1.133.207
Total do patrimônio líquido		1.861.012	2.282.376
Total do passivo e patrimônio líquido		2.846.218	2.667.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

		Reservas de capital	Reservas de lucros						
	Capital Social Subscrito	Especial Lei 8.200/91 artigo 2º	Reserva especial	Incentivos fiscais	Legal	Expansão	Dividendos a disposição da assembleia	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.128.910	21.807	69.970	177.877	129.956	566.369	-	-	2.094.889
Realização de reservas	-	(1.548)	-	-	-	-	-	1.548	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	-	-	122.059	-	122.059
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	126.099	126.099
Destinação dos lucros:									
Reserva legal	-	-	-	-	6.305	-	-	(6.305)	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	(60.671)	(60.671)
Reserva de lucros para expansão/investimentos	-	-	-	-	-	60.671	-	(60.671)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.128.910	20.259	69.970	177.877	136.261	627.040	122.059	-	2.282.376
Realização de reservas	-	(1.239)	-	-	-	-	-	1.239	-
Dividendos propostos (AGO 30.04.2019)	-	-	-	-	-	-	(122.059)	-	(122.059)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(299.305)	(299.305)
Absorção de reservas	-	-	-	-	-	(298.066)	-	298.066	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.128.910	19.020	69.970	177.877	136.261	328.974	-	-	1.861.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	19 (b)	2.589.403	3.197.593
Custo dos produtos vendidos e serviços	19 (c)	(2.739.223)	(2.642.856)
(Prejuízo) Lucro bruto		(149.820)	554.737
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	20	(120.064)	(169.149)
Gerais e administrativas	20	(116.860)	(93.518)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(39.389)	(33.871)
		(276.313)	(296.538)
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(426.133)	258.199
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	21	(32.828)	(98.633)
Receitas financeiras	21	5.828	26.246
		(27.000)	(72.387)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(453.133)	185.812
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	12	-	(67.155)
Diferido	12	153.828	7.442
		153.828	(59.713)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(299.305)	126.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(299.305)	126.099
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(299.305)	126.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(299.305)	126.099
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	177.813	126.146
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(153.828)	(7.442)
Provisões para processos judiciais	5.791	14.317
Provisão para participação no resultado	19.994	26.550
Operação com derivativos, líquida	14.860	57.378
Provisão com perdas esperadas	710	1.499
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.823	391
Despesas com juros de empréstimos	5.079	3.237
Despesas financeiras sobre arrendamentos	2.381	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado por alienação	3.211	1.818
Revisão PIS/COFINS	(1.021)	131.315
	(222.492)	481.308
Variações em:		
Clientes	(48.700)	28.624
Estoques	20.826	(64.222)
Impostos e contribuições à recuperar	14.716	(6.636)
Outras contas a receber com partes relacionadas	2.034	(4.928)
Depósitos judiciais	1.602	1.794
Adiantamento a fornecedor de energia	58.299	61.925
Outros recebíveis	(730)	32.969
Contas a pagar a fornecedores terceiros e partes relacionadas	16.910	(9.681)
Impostos e contribuições	(1.810)	(691)
Salários e encargos sociais a recolher	19.806	(21.762)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(6.261)	(20.094)
Outros passivos	3.096	(3.966)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(142.704)	474.640
Juros pagos	(3.329)	(5.704)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.436)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(146.033)	465.500
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado e intangível	(322.740)	(214.211)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(322.740)	(214.211)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de empréstimos - principal	(548.499)	(409.124)
Captação de empréstimos - principal	1.045.439	243.725
Dividendos pagos a acionistas	(61.029)	-
Pagamento de arrendamentos	(20.286)	(1.059)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de financiamento	415.625	(166.458)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(53.148)	84.831
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	148.801	63.970
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	95.653	148.801
	(53.148)	84.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. ("Companhia" ou "ALBRAS"), com sede na cidade de Barcarena, Pará, foi constituída em outubro de 1974 tendo por objetivo principal a industrialização e a comercialização de lingotes de alumínio. O Projeto ALBRAS teve a sua construção iniciada em 1981 e a sua implantação foi programada em duas etapas de 160 mil toneladas/ano cada uma. Na primeira fase, a ativação das cubas eletrolíticas iniciou-se em julho de 1985 e atingiu plena capacidade em dezembro de 1986. A construção da 2ª fase foi iniciada em outubro de 1987 e a ativação das cubas eletrolíticas ocorreu de maio de 1990 a fevereiro de 1991. Em 1993, como fruto de melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida passando de 320 mil para 345 mil toneladas/ano. Em dezembro de 2001, a Companhia concluiu a expansão de seu parque industrial elevando a sua capacidade de produção para 406 mil toneladas/ano a partir de 2002. Da última expansão em diante a Companhia executou várias melhorias operacionais, gerando com isto aumento em sua capacidade nominal de produção. Em 2019 foram comercializadas 319 mil toneladas de alumínio (304 mil toneladas em 2018). Os destinos das 319 mil toneladas (304 mil toneladas em 2018) de alumínio foram: 115 mil toneladas para o mercado externo e 204 mil toneladas para o mercado interno (104 mil toneladas e 200 mil toneladas em 2018, respectivamente). Em 01 de março de 2018, a principal fornecedora de alumina da Companhia, a refinaria Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A., por determinação judicial até que tenha atestada a segurança de seus depósitos de rejeitos, reduziu sua produção em 50% e emitiu uma declaração de "force majeure". Diante da falta de disponibilidade de alumina, a partir de 15 de abril de 2018 a ALBRAS diminuiu significativamente seus volumes de produção ao longo do ano. Em maio de 2019 ocorreu a suspensão dos embargos judiciais da Alunorte (fornecedora exclusiva de alumina) e, assim, a ALBRAS retomou a produção. Em 2019 foram produzidas 324 mil toneladas, (306 mil toneladas em 2018), ou seja, um aumento de 18 mil toneladas em comparação com 2018 (também em modo *curtailed*) e aproximadamente 120 mil toneladas abaixo de sua capacidade típica (440 mil toneladas). Alguns impactos consideráveis foram contabilizados no resultado da Companhia, levando a um prejuízo de R$ 299.304 no exercício de 2019. O principal impacto é referente as perdas na venda de energia, principalmente no primeiro semestre, representando R$ 272.706. O contrato de compra de energia com a Eletronorte, na modalidade *take or pay*, estabelece que toda a energia contratada deve ser realizada e, eventual excedente é fornecido no mercado a preço *spot* com base no PLD (preço liquidação de diferenças). Como na região Norte no primeiro semestre o PLD é relativamente baixo devido ao alto volume de chuvas, a ALBRAS foi impactada pela margem negativa da venda de energia. Além disso, em função do corte de produção ter sido mantido até abril de 2019, um montante total de R$ 100.981 (R$ 128.038 em 2018) de custo fixo excedente foi reconhecido diretamente no resultado da exercício, na conta de custos dos produtos vendidos e serviços (veja Nota Explicativa nº 19 (c)).

2. Base de preparação e apresentação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2020, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anual emitido pela Companhia no qual o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 4. A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados ao valor justo. **2.3. Conversão da moeda estrangeira:** ***a. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***b. Transações e saldos:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 5.

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros: ***Ativos financeiros:*** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. ***Redução ao valor recuperável (Impairment):*** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No modelo de negócios adotado pela Companhia, nosso risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas são direcionadas para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais históricos em nossos recebíveis. Para as vendas para terceiros, é realizada a análise de crédito onde se determina a capacidade máxima de vendas. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de *rating*. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não identificou perdas relevantes relacionadas a ativos financeiros. ***Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.2. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.3. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e instalações fabris	10 a 40
Equipamento de transporte	5 a 10
Máquinas, equipamento, material permanente	2 a 40
Equipamentos informática	5 a 10
Máquinas equipamentos arrendados	1 a 5
Encargos capitalizados	21 a 34
Provisão para restauração ambiental - ARO (cubas)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "outras receitas operacionais". ***3.4. Impairment*** **de ativo não financeiro:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou a análise de indicativo de *impairment* e não houve a identificação da necessidade de realização do teste. Em 2018, o teste de *impairment* foi efetuado e não houve a identificação de perdas a serem reconhecidas. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A provisão para restauração ambiental contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e a restauração de áreas utilizadas como depósito de rejeito. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de curto e longo prazo a serem desembolsados, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada, no momento de encerramento do ativo. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, caso a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo não circulante com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo não circulante é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada (Selic) e registrado contra o resultado do período, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - lucro real, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.7. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***a. Venda de produtos - alumínio:*** A Companhia é uma fábrica de fundição que produz e vende lingotes de alumínio primário e alumínio primário líquido, sendo este um produto intermediário. As vendas dos lingotes de alumínio são feitas na modalidade FOB (*free on board*) em navios no Porto de Vila do Conde, para exportação e mercado interno, bem como em caminhões destinados ao mercado doméstico e as vendas de alumínio líquido em modalidade CPT (*carriage paid to*), para vendas apenas no mercado interno. Tanto o lingote de alumínio quanto o alumínio líquido são vendidos mediante preço fórmula definido no acordo básico de vendas da companhia e qualquer alteração desta fórmula deverá ser aprovada pelos Acionistas. As vendas da Companhia são feitas apenas para seus acionistas, ou outras partes que receberão a cessão de um acionista, de acordo com as quantidades anuais contempladas no Acordo Suplementar. O Acordo Suplementar também estipula a qualidade do produto e condições de pagamento, contemplando o prazo de 10 dias após data da entrega.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis: 4.1. Novas normas e interpretações adotadas: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1ª de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito da aplicação é reconhecido no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, ou seja, são apresentadas conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R2) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgadas abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicadas a informações comparativas. ***(a) Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se

um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019. ***(b) Como arrendatário:*** Como arrendatário, a Companhia arrenda ativos como empilhadeiras e tratores. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. ***(c) Impacto na transição:*** Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais e os impactos na transição foram de R$ 18.776 para a Companhia. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 6,91% para os contratos de 1 a 3 anos e 8,75% entre 4 a 7 anos. **4.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). - IFRS 17 Contratos de Seguros. **5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas: **5.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve a identificação de perdas a serem reconhecidas. **5.2. Provisão para restauração ambiental:** O cálculo da provisão para restauração ambiental, que contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e restauração das áreas utilizadas como depósito de rejeitos. O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação for incorrida se imposta em uma data posterior. As variações na valorização do passivo constituído são reconhecidas pela mudança no valor presente do passivo e classificadas como parte da despesa financeira. Passivos que dependam de evento futuro (por exemplo, o período ou método de liquidação) são reconhecidos no valor justo do passivo, se puderem ser razoavelmente estimados.
6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 6.1. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a. *Risco de mercado:*** *(i) Risco cambial:* A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar Americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2019				2018			
	R$	USD	EUR	CHF	R$	USD	EUR	CHF
Caixas e Equivalentes de Caixa	2.276	565	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de terceiros e partes relacionadas	150.259	37.278	-	-	71.406	18.428	-	-
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	(35.381)	(8.374)	(41)	(345)	(29.106)	(7.479)	(25)	(4)
Empréstimos e financiamentos	(496.317)	(123.134)	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	(379.163)	(93.665)	(41)	(345)	42.300	10.949	(25)	(4)

Análise de sensibilidade: A Administração da Companhia estima os seguintes efeitos quando aplicados os testes de sensibilidade para cenários que variam de 25% e 50%, a fim de apresentar a parcela de acréscimo na deterioriação na variável de risco considerada, sobre os valores de empréstimos e financiamento, separadas pelas dividas atreladas ao dólar-americano. A Companhia considerou no cenário provável as projeções da taxa de câmbio na data do balanço (boletim foccus), conforme abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira US$						
Dívida atrelada ao dólar				0,98%	25,245%	50,490%
Posição Passiva em 31/12/2019	496.317	R$		501.181	621.612	746.907
Impacto no Resultado/ Patrimônio Líquido			(perda)	(4.864)	(120.431)	(245.727)

(i) Risco de taxa de juros: Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Todos os empréstimos de longo prazo da Companhia são em taxas variáveis, mantidas em dólares. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. *Análise de sensibilidade:* A Administração da Companhia estima os seguintes efeitos quando aplicados os testes de sensibilidade para cenários que variam de 25% e 50%, a fim de apresentar a parcela de acréscimo na deterioriação na variável de risco considerada, sobre os valores de empréstimos e financiamento, separadas pelas dividas atreladas à taxa Libor. A Companhia considerou no cenário provável as projeções da taxa Libor na data do balanço com base nas pesquisas de instituições de mercado internacional, conforme abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%
Dívida atrelada ao Libor				3,33%	25,833%	51,665%
Posição Passiva em 31/12/2019	496.317	R$		512.844	624.528	752.739
Impacto no Resultado/ Patrimônio Líquido			(perda)	(16.527)	(111.684)	(239.895)

b. *Risco de crédito:* O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio liquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **c. *Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e três anos
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	162.490	-
Empréstimos e financiamentos	363.304	133.013
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	146.470	-

6.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **6.3. Instrumentos financeiros:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, caixa equivalente de caixa, arrendamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia adotou o CPC 40 (R1) para mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, e que requerem divulgação da hierarquia do valor justo.

	Valor contábil 2019	2018
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	95.653	148.801
Contas a receber de clientes com partes relacionados	150.258	71.765
Contas a receber com terceiros	151.723	183.416
	397.634	403.982
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Instrumento financeiro derivativo (Nível 3)	5.510	20.370
	5.510	20.370
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	85.144	95.122
Fornecedores parte relacionadas	77.304	51.348
Arrendamentos	37.777	1.965
Outras contas a pagar com partes relacionadas	5.196	11.415
	205.423	159.850

Hierarquia de valor justo: A tabela acima apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1 -** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2 -** *Inputs* diferentes dos preços negociados, em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • **Nível 3 -** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia possui derivativos embutidos mensurados pelo valor justo por meio do resultado classificados como nível 3. ***6.3.1. Instrumentos financeiros derivativos: a. Derivativo embutido:*** A Companhia através do contrato de fornecimento de energia assinado em 11 de maio de 2004 junto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE que entrou em vigor em 1º de junho de 2004, inclui um ajuste de preço relacionado ao preço do alumínio no mercado, que é regido pelo LME (London Metals Exchange). Se o preço do LME for maior que US$1.450.00 por tonelada métrica até o limite de US$2.773,21, a Companhia deverá acrescer esta diferença aos custos de aquisição da energia adquirida. A Companhia classificou a operação como de derivativo embutido e efetuou marcação a mercado futuro para LME em 31 de dezembro de 2019.

	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.873)	-	(6.926)
Derivativo (Energia)	5.510	-	20.370	-
	5.510	(1.873)	20.370	(6.926)

No exercício de 2019 e 2018 segue apuração do cálculo do *mark-to-market* deste derivativo. Utiliza-se como principal parâmetro a curva futura de preços de energia. Essa curva é elaborada por uma metodologia própria da instituição e é tornada pública a todos os agentes participantes. A marcação ao mercado ocorre pela simples diferença entre o contrato futuro existente (preço contrato x quantidade contrato) e o valor esperado segundo a curva futura (Preço x quantidade contrato). Apresentamos abaixo a respectiva movimentação do exercício:

Método	2019	2018
Saldo inicial	20.370	77.748
Perda apurada no exercício	(14.860)	(57.378)
Ativo não circulante	5.510	20.370

Em 2019, a Companhia apurou uma perda de R$14.860 (R$57.378 em 2018) apropriada na linha "operações de derivativos", em resultado financeiro. **Análise de Sensibilidade:** A análise de sensibilidade abaixo reflete o efeito no valor justo do derivativo embutido de energia que ocorreria, considerando-se uma variação para mais ou para menos de 25% e 50% nas variáveis de risco relevante em 31 de dezembro de 2019 e 2018: dólar, LME e taxas de juros.

Efeito em milhões de Reais	Impactos no resultado (25%)	25%	(50%)	50%
31 de dezembro de 2019				
Derivativo embutido				
LME	(108)	88	(779)	448
USD	(1,4)	1,4	(2,8)	2,8
Taxa de juros	0,7	(0,6)	1,4	(1,1)
Volatilidade	(4,2)	6,5	(5,5)	14,1
31 de dezembro de 2018				
Derivativo embutido				
LME	(140)	152	(769)	576
USD	(5)	5	(10)	10
Taxa de juros	4	(3)	9	(6)
Volatilidade	(12)	15	(19)	30

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	2.606	22.451
Aplicações financeiras (i)	93.047	126.350
	95.653	148.801

(i) As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com remuneração média de 50% a 103% da variação do CDI. Os CDBs possuem liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. Adicionalmente, são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

8. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a receber de terceiros - no país	154.853	186.215
Provisão para perdas esperadas - no país	(3.234)	(2.799)
	151.619	183.416

O total de contas a receber no exterior é indexado em US$ (dólares americanos) e em EUR (Euros). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo (líquido) de contas a receber de clientes é composto da seguinte forma de vencimento:

	2019	2018
A vencer	143.211	142.673
Vencido (inferior à 30 dias)	8.408	30.811
Vencido (inferior à 90 dias)	-	11.451
Vencido (inferior à 180 dias)	-	50
Vencido (inferior à 360 dias)	-	588
Vencido (superior à 360 dias)	3.234	642
	154.853	186.215

Conforme apresentado a cima, a Companhia possui como histórico o recebimento de seus recebíveis num prazo de até 90 dias após vencimento e, por esta razão, não possui histórico de perda significativa.

9. Estoques

	2019	2018
Produtos acabados	207.261	164.905
Produtos em processo	116.220	114.368
Matéria-prima	63.700	108.523
Materiais auxiliares	97.978	98.821
Importação em andamento	16.830	4.521
Provisão ao valor realizável dos estoques	(5.454)	-
Provisão para obsolescência de materiais auxiliares	(20.460)	(16.634)
	476.075	474.504

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 totalizaram R$2.739.223 e R$2.642.856, respectivamente. A Companhia identificou impactos relativos à provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques no montante de R$5.454 em 31 de dezembro de 2019 (R$0 em 2018). **10. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** Os saldos destas contas estão representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes. Todas as transações possuem contratos formais com prazos de pagamento/recebimento definidos.

	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo
Nippon Amazon Aluminium Company Ltd. - NAAC	82.691	62.300	-	36.941
Atlas Alumínio S.A.	914	64.331	-	34.209
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	439	41.819	741	23.522
Mineração Paragominas S.A.	1	8	-	13
Norsk Hydro Brasil Ltda.	3.277	479	6.262	3.693
Norsk Hydro Energia Ltda.		90	-	249
Hydro Aluminium International S.A.	67.905	-	71.406	-
Norks Hydro ASA	-	4	-	3
Hydro Aluminium A.S	-	33.346	-	23.849
Hycast AS	-	92	-	20
Ananke Alumina S.A.	-	1.731	-	935
Hydro Extrusion Brasil S/A	-	-	359	-
	155.227	204.200	78.768	123.434

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2019 Ativo	2019 Passivo	2018 Ativo	2018 Passivo
Ativo circulante				
Clientes	150.258	-	71.765	-
Outros	4.969	-	7.003	-
Passivo circulante				
Fornecedores e empreiteiros	-	77.304	-	51.348
Dividendos propostos	-	121.700	-	60.671
Outros	-	5.196	-	11.415
	155.227	204.200	78.768	123.434

As transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2019 Receita	2019 Custo/ Despesa	2018 Receita	2018 Custo/ Despesa
Venda de Produtos e Serviços				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	644.426	-	613.927	-
Hydro Aluminium International S.A.	136.765	-	136.484	-
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	774	-	719	-
Hydro Extrusion Brasil S/A	126.916	-	29.037	-
Compra de matéria-prima				
Hydro Aluminium International S.A.	-	(427.753)	-	(389.618)
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(860.291)	-	(654.975)
Outros custos				
Hydro Aluminium International S.A.	-	(1.625)	-	(3.976)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(121)	-	(1.272)
Norsk Hydro Energia	-	(1.104)	-	(3.683)
Ananke Alumina S.A.	-	(14.811)	-	(35.088)
Despesas com vendas e comerciais				
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(3.020)	-	(4.135)
Hydro Aluminium International S.A.	-	-	-	-
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	-	(25.532)	-	(46.029)
Atlas Alumínio S.A.	-	(24.935)	-	(48.948)
Outros				
Mineração Paragominas		(8)	-	(51)
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.160	(2.586)	1.379	(2.517)
Hydro Aluminium A.S		(6.936)	-	(8.068)
Hydro Aluminium International S.A.		-		-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	152	(32.884)	191	(36.773)
Financeiras e variações cambiais				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd - NAAC	2.208	(15.136)	20.696	(15.364)
Hydro Aluminium International S.A.	5.851	(9.337)	37.173	(49.051)
	918.252	(1.426.079)	839.606	(1.299.548)

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2019	2018
Receita operacional bruta - venda de produtos e serviços	908.881	780.167
Custo dos produtos vendidos e serviços	(1.305.705)	(1.088.612)
Despesas de vendas e comerciais	(53.487)	(99.112)
Outras receitas/despesas administrativas	(41.102)	(45.839)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(16.414)	(6.546)
	(507.827)	(459.942)

b. Remuneração da administração: A remuneração dos empregados e administradores do pessoal-chave da administração totalizou R$ 3.370 (R$ 1.042 em 2018). Os benefícios de curto prazo abrangem, basicamente, a remuneração decorrente dos salários, bônus e gratificações pagos nos exercícios informados.

11. Impostos e contribuições à recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	143.710	155.150
Programa de integração social - PIS	40.613	38.416
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	945	1.748
Reintegra - decreto 7633	2.358	1.714
Outros	2.746	925
	190.372	197.953
Circulante	58.805	77.341
Não circulante	131.567	120.612
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	20.818	17.821
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	9.290	8.707
Circulante	30.108	26.528

Desde 2011 a ALBRAS passou a contabilizar o Reintegra, que é um benefício às empresas produtoras que efetuem exportação de bens manufaturados e podem apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor será calculado mediante a aplicação do percentual que em 2018 foi de 2% e 0,1%, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica em referência. Foi criado pela Lei 12.546 de 2011 e está regulamentado atualmente pelo Decreto Lei 8.543 de 2015 e Decreto Lei 9.393, de 30 de maio de 2018. Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos vinculados ao processo produtivo que a Companhia compensa com outros tributos federais. Em 2019 e 2018 foi realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS. Como resultado desta revisão dos últimos 11 meses, chegou-se a um montante adicional de créditos tributários de PIS e COFINS de R$10.926 (redução de R$11.557 em 2018) decorrentes, principalmente, da aquisições de ativos imobilizados, materiais de uso e consumo e serviços, em conformidade com a legislação tributária, critério da essencialidade no processo produtivo e valor da aquisição para fins de análise, de acordo com a materialidade empregada. Diante desse contexto, houve uma reclassificação de créditos tributários sobre ativos fixos que faziam parte do custo de aquisição para a conta recuperável de PIS e COFINS no valor de R$3.581. Além disso, foi feito uma reversão de provisão para processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 de R$3.132 (constituição de R$11.940 em 2018) sobre o montante de créditos tributários compensados que a Companhia entende que foram constituídos sobre materiais de uso e consumo que não dão direito ao crédito. Vale ressaltar que o impacto no resultado é de R$5.671, decorrentes de ajustes de obrigações acessórias, alterações de premissas nos processos judiciais, novos créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo e serviços, créditos tributários extemporâneos do 3º e 4º trimestres de 2013 e ajustes de depreciação. Segue a composição dos principais impactos da revisão dos créditos tributários:

	2019
Ativo	
Créditos de PIS/COFINS	10.926
Ajuste sobre ativos fixos	(8.068)
Passivo	
Reversão de provisão para contingência	(3.132)
Impacto no resultado do período	5.990

	2018
Ativo	
Baixa de créditos de PIS/COFINS	(11.557)
Ajuste sobre ativo fixos	(35.177)
Ajuste sobre estoques	(5.267)
Passivo	
Provisão para contingência	11.940
Impacto no resultado do período	(63.941)

12. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(453.133)	185.812
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	154.066	(63.176)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Reintegra	219	3.227
Outros	(457)	236
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	153.828	(59.713)
Corrente	-	(67.155)
Diferido	153.828	7.442
Alíquota efetiva	34%	32%

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

	Diferido ativo 2019	2018
Prejuízos fiscais de imposto de renda	153.045	50.239
Prejuízos fiscais de contribuição social	37.010	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	21.155	19.335
Provisão para obsolescências	6.957	5.656
Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros - Derivativos	(1.873)	(6.926)
Provisão para perdas em Investimento	2.104	2.247
Provisão Participação dos Resultados	6.797	7.476
Provisão para perda de ativo	447	1.431
Provisão para perdas esperadas	1.459	1.624
Provisão beneficiamento RGC	13.478	12.549
IFRS 16 – *Leasing*	3.601	-
Outros	4.492	1.213
	248.672	94.844

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis. A Companhia analisou a expectativa de utilização dos prejuízos fiscais do exercício e de acordo com sua conclusão sua expectativa vai até 2024. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R$248.672 (R$94.844 em 2018), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. O valor do prejuízo fiscal acumulado é de R$612.180 (R$200.956 em 2018). No ano de 2019 a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa, enquanto que em 2018, a Companhia não apurou prejuízo fiscal ou base negativa. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado
Composição do saldo

	Terrenos, Edificações e Instalações Fabris	Equipamentos de transportes	Maquinas, equip. e mat. Permanente	Equip./ aplicat. informática	Encargos Capitalizados	ARO - RGC	Arrendamentos	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldo em 1º de janeiro de 2018										
Custo										
Saldo inicial	278.555	17.441	1.188.273	69.255	24.332	23.160	5.162	1.606.178	89.000	1.695.178
Aquisição	2.147	1.179	173.047	2.590	-	6.732	-	185.695	28.188	213.883
Transferência	-	107	(107)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(217)	(557)	(49.395)	-	-	-	-	(50.169)	-	(50.169)
Ajuste (a)	(21.645)	(92)	(26.784)	-	-	-	-	(48.521)	-	(48.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	258.840	18.078	1.285.034	71.845	24.332	29.892	5.162	1.693.183	117.188	1.810.371
Depreciação										
Saldo inicial	(83.224)	(7.803)	(485.039)	(63.705)	(6.873)	(13.135)	(2.782)	(662.561)	-	(662.561)
Transferência	-	(7)	7	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	91	322	47.938	-	-	-	-	48.351	-	48.351
Ajuste (a)	5.562	72	22.015	-	-	-	-	27.649	-	27.649
Depreciação/exaustão no exercício	(13.617)	(2.894)	(150.518)	(1.847)	(1.004)	(2.679)	(1.021)	(173.580)	-	(173.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(91.188)	(10.310)	(565.597)	(65.552)	(7.877)	(15.814)	(3.803)	(760.141)	-	(760.141)
Saldo contábil, líquido	167.652	7.768	719.437	6.293	16.455	14.078	1.359	933.042	117.188	1.050.230
Saldo em 1º de janeiro de 2019										
Custo										
Reconhecimento do ativo de direito de uso	-	-	-	-	-	-	18.776	-	-	18.776
Saldo inicial ajustado	**258.840**	**18.078**	**1.285.034**	**71.845**	**24.332**	**29.892**	**23.938**	**1.711.959**	**117.188**	**1.829.147**
Aquisição	5.066	1.704	176.019	353	-	178	34.961	218.281	85.661	303.942
Transferência	-	(188)	(168)	-	-	-	(20)	-	-	-
Baixa	(541)	(73)	(42.883)	-	-	(7.603)	-	(51.100)	-	(51.100)
Ajuste (a)	(503)	-	(9.373)	-	-	-	-	(9.876)	(29)	(9.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	262.862	19.896	1.408.628	72.198	24.332	22.468	58.879	1.869.262	202.821	2.072.083
Depreciação										
Saldo inicial	(91.188)	(10.310)	(565.597)	(65.552)	(7.877)	(15.814)	(3.803)	(760.141)	-	(760.141)
Transferência	-	(167)	162	-	-	-	5	-	-	-
Baixa	243	46	39.997	-	-	7.603	-	47.891	-	47.891
Ajuste	24	-	1.813	-	-	-	-	1.837	-	1.837
Depreciação/exaustão no exercício	(11.851)	(2.881)	(149.665)	(2.048)	(1.005)	(3.924)	(28.465)	(199.838)	-	(199.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(102.771)	(13.312)	(673.289)	(67.599)	(8.883)	(12.135)	(32.262)	(910.251)	-	(910.251)
Saldo contábil, líquido	160.091	6.584	735.339	4.599	15.449	10.333	26.617	959.011	202.821	1.161.832

a. Revisão de créditos tributários: Em 2019 e 2018 foi realizado um trabalho de revisão de créditos tributários do PIS e da COFINS. Parte deste trabalho consistia em identificar valores de créditos tributários oriundos de ativos fixos que não haviam sido reconhecidos pela Companhia. Este levantamento gerou uma redução de R$ 8.068 (R$ 35.177 em 2018) no Imobilizado da Companhia. Como resultado deste levantamento foi realizada a reclassificação de créditos tributários sobre ativos fixos que eram parte do custo de aquisição para a conta de créditos fiscais no valor de R$ 9.905 (R$ 65.571 em 2018). Adicionalmente foi realizado um ajuste no saldo de depreciação acumulada no montante total de R$ 1.837 (R$ 30.394 em 2018). Este ajuste é decorrente da depreciação incorrida sobre os valores de créditos tributários identificados. **b. Equipamento arrendado (classificados como arrendamento financeiro de acordo com o CPC 06 (R1):** Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi firmado um contrato de arrendamento de veículos industrais na Companhia. O prazo de vigência deste contrato de arrendamento são de 60 meses. Anteriormente, este arrendamento era classificado como arrendamento financeiro de acordo com o CPC (06 R1). Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil dos veículos industriais eram de R$5.162. **c. Outras informações:** A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (gerais e administrativas), monta a R$184.983 (2018 - R$139.854) e R$13.018 (2018 - R$6.076), respectivamente.

14. Fornecedores terceiros

	2019	2018
Fornecedores no país (a)	83.205	89.889
Fornecedores no exterior	1.939	5.233
	85.144	95.122

(a) Os fornecedores nacionais são relativos à prestação de serviços de terceiros, materiais utilizados na produção, entre outros.

15. Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos:

	2019 Circulante	2019 Não Circulante	2018 Circulante	2018 Não Circulante
Adiantamento contrato de câmbio - ACC				
Principal - (a)	293.032	-	-	-
Encargos	1.395	-	-	-
Pré-Pagamento Exportação - PPE				
Principal - (b)	68.522	133.013	-	-
Encargos	355	-	-	-
	363.304	133.013	-	-

(a) Com vencimentos entre Janeiro a Junho de 2020 de equivalentes R$293.032 a US$72,700 em 31 de dezembro de 2019 Com taxas anuais entre 2,49% a 2,73%. (b) No mês de dezembro de 2019, a Companhia contratou um novo empréstimo de longo prazo de pré-pagamento de exportação com o Banco BNP Paribas, com Libor + juros totalizando 4,23%, pagamento de juros semestrais e do principal em até 3 anos. Em 31 de dezembro de 2019 esses empréstimos estão apropriados Circulante a US$17,000 e no Passivo Não Circulante a US$33,000. O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados a longo prazo (não circulante) se aproximam ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro de 2019 a posição em aberto é a seguinte:

	2019
2021	68.522
2022	64.491
	133.013

A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos a necessidade de apresentação de garantias bem como não há qualquer indicativo de não atendimento à cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).
16. Arrendamentos: (a) Ativos de direito de uso: Os ativos de direito de uso relacionados a empilhadeiras e tratores são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 13. **(b) Passivos de arrendamentos:** Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamento financeiro em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento 2019	2018	Juros 2019	2018	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento 2019	2018
Menos de um ano	24.643	1.162	3.988	103	20.655	1.059
Entre um e cinco anos	18.914	947	1.792	41	17.122	906
	43.557	2.109	5.780	144	37.777	1.965
Circulante	-	-	-	-	20.655	1.059
Não circulante	-	-	-	-	17.122	906

17. Provisões: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais 2019	2018	Provisões 2019	2018
Tributárias	-	-	25.500	25.749
Cíveis	-	-	571	151
Trabalhistas e previdenciárias	11.383	12.335	13.085	9.843
Ambiental	-	-	1.645	1.017
Restauração ambiental (Nota Explicativa 3.10)	-	-	67.006	72.612
	11.383	12.335	107.807	109.372
Circulante	-	-	7.436	9.303
Não circulante	11.383	12.335	100.371	100.069

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.068	93.261
Adições	1.074	22.955
Baixas	(2.796)	(11.461)
Atualizações monetárias	989	4.617
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.335	109.372
Adições	615	7.541
Baixas	(2.218)	(15.729)
Atualizações monetárias	651	6.623
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.383	107.807

a. Natureza das provisões: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2019 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R$40.802 (R$36.760 em 2018). A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: • **Tributárias** - a provisão realizada consiste em discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência complementar e participação nos lucros e resultados pagos pela empresa no período de janeiro/2001 a dezembro/2005, assim como, glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013. • **Trabalhistas** - As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações sobre doença ocupacional e acidente equiparado a doença. **b. Restauração ambiental:** A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no circulante e no não circulante no valor de R$44.832 (R$51.748 em 2018). • Adicionalmente,

ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.

CNPJ: 05.053.020/0001-44

a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no não circulante no valor de R$22.174 (R$20.864 em 2018) encontram-se a valor presente e é atualizado mensalmente. **c. Processos judiciais possíveis de perda, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2019	2018
Tributárias (i)	509.324	487.904
Ambientais (ii)	654.480	676.229
Cíveis (iii)	181.028	144.401
Trabalhistas (iv)	11.062	35.937
	1.355.894	1.344.471

(i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos relativos ao não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre cessão de excedente de energia elétrica, bem como sobre TUST/TUSD, entre os anos de 2008 e 2013, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013, à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de *drawback*. (ii) As contingências ambientais são referentes a pedidos de indenizações a danos ambientais e morais, com a alegação de que as empresas depositam substâncias nocivas ao meio ambiente em local denominado como reserva ecológica e questionam a legitimidade das licenças ambientais usadas na operação de seus depósitos de resíduos. A ALBRAS também, por fazer parte do grupo Hydro, é parte citada em ações de suposto transbordo dos depósitos de resíduos sólidos da ALUNORTE em 2018. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, a contestação, por parte da Albras, da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres, e o processo TUST (Tarifa de uso do sistema de Transmissão) que se refere ao pedido de indenização das transmissoras de Energia através da ABRACE (Associação Brasileira de Grandes Consumidores) face a União Federal e ANEEL - Agência Nacional de Energia, assim como, uma nova ação por reclamação de perdas por ausência de correção do contrato. (iv) As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações de ex-empregados próprios e de empresas contratadas sobre doença ocupacional, verbas rescisórias,horas extras,doenças ocupacionaus, acidente equiparado a doença entre outros. As ações trabalhistas da ALBRAS envolvem tanto ex-empregados próprio do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas onde a Companhia é tratada como litisconsorte nessas ações.

18. Patrimônio líquido: d. Capital: O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R$1.00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B. registrado no Banco Central do Brasil no montante de US$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta ações) ações ordinárias, de Classe A. **e. Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **f. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **g. Reserva especial:** Esta reserva especial foi efetuada na proporção da depreciação e da baixa de bens reavaliados. **h. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **i. Reserva de lucros para expansão:** A Companhia constitui a reserva de lucros para expansão para atender a projeto de investimento, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está justificada com o orçamento de capital proposta pela administração da Companhia. Em 2019, com base na disposição do parágrafo único do artigo 189 da lei 6.404/76, o prejuízo do exercício foi absorvido por esta reserva. **j. Destinação do resultado do exercício:** A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(299.305)	126.099
Reserva reavaliação/especial - realização	1.239	1.548
Lucro ajustado com a realização da reserva	(298.066)	127.647
Reserva legal - constituição	-	(6.305)
Total	(298.066)	121.342
Resultado do exercício a ser destinado:	(298.066)	121.342
Dividendos propostos (50%)	-	(60.671)
Reserva de lucros para expansão e investimentos - constituição	-	(60.671)
Reserva de lucros para expansão e investimentos - absorção	298.066	-

Com base na disposição do parágrafo 5º do artigo 202 da lei 6.404/76, foi aprovado, durante o exercício de 2018, o não pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido de 2017 no valor de R$ 122.059, de tal modo este foi, por decisão unânime do conselho de administração, devolvido às reservas de lucro da Companhia. No exercício de 2019, conforme AGO de 30.04.2019, foi autorizado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017. Os dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício de 2018, permanecem no passivo circulante, conforme distribuição de lucros de 2018.

19. Outras informações: a. Obrigações contratuais: A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R$1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024. A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2019	2018
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000
Baixas	(903.644)	(845.344)
	296.356	354.656

A Companhia mantém acordo contratual com a Alunorte e recebeu em 2019 aproximadamente 653 mil toneladas métricas de alumina (582 mil em 2018), com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Em 31 de dezembro de 2019, não havia qualquer saldo pendente relativo à quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer direito a esse tipo de cobrança.

b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços	2019	2018
Venda de produtos		
Alumínio	2.677.115	2.851.724
Venda de serviços e outros *(i)*	162.259	681.276
	2.839.374	3.533.000
Impostos		
Venda de produtos - Alumínio	(234.900)	(272.343)
Venda de serviços e outros	(15.071)	(63.064)
	(249.971)	(335.407)
Receita operacional líquida	2.589.403	3.197.593

(i) Em 2019, a Companhia realizou R$162.259 (R$681.276 em 2018) de receita com a venda de serviços e outros. Deste total, R$157.796 (R$677.631 em 2018) se refere à cessão de Energia e o saldo remanescente, de R$4.463 (R$3.645 em 2018), trata-se da venda de sucata e serviços. As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2019	2018
Ásia	644.426	613.928
Europa	136.765	136.484
América	-	-
Mercado externo	781.191	750.412
Mercado interno	1.895.924	2.101.312
	2.677.115	2.851.724
Parte relacionada	908.107	779.450
Outros	1.769.008	2.072.274
	2.677.115	2.851.724

c. Custo dos produtos vendidos e serviços	2019	2018
Custos fixos		
Pessoal	(119.026)	(105.857)
Material	(40.088)	(37.570)
Depreciação	(143.889)	(117.645)
Outros	(2.442)	(4.838)
	(305.445)	(265.910)
Custos variáveis (i)	(2.332.797)	(2.248.908)
Excedente do custo fixo por redução da produção *(ii)*	(100.981)	(128.038)
Custo dos produtos vendidos	(2.739.223)	(2.642.856)

(i) Os custos variáveis são compostos por energia e matéria-prima, principalmente. **(ii)** Os custos fixos são alocados baseados na capacidade normal de produção. Desta forma, em função do corte de produção ocorrido a partir de abril de 2018, os valores dos custos fixos não alocados aos produtos em função de ociosidade foram reconhecidos diretamente como resultado do exercicio em que foram incorridos, no montante de R$100.981 (R$128.038 em 2018). A retomada da produção ocorreu em maio de 2019.

20. Receitas (despesas) operacionais

	2019	2018
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(64.828)	(68.755)
Demurrage	(1.749)	(1.282)
Partes relacionadas	(53.487)	(99.112)
	(120.064)	(169.149)
Gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios	(17.840)	(19.642)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(27.006)	(11.779)
Tributos	(18.786)	(7.970)
Partes relacionadas	(42.414)	(45.838)
Depreciação e amortização	(6.658)	(6.780)
Remuneração dos administradores	(3.370)	(1.042)
Outras	(786)	(467)
	(116.860)	(93.518)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	(7.644)	(12.931)
Despesas decorrentes do corte de produção	(25.766)	(25.843)
Revisão de créditos tributários	4.083	(37.746)
Sinistro	-	(11.698)
Reintegra	645	9.492
Provisão de obsolescência	(3.826)	(2.421)
Perda / ganho pré-pagamento - Eletronorte	8.660	4.937
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.591)	(6.088)
Provisão comperdas esperadas	(710)	(1.499)
Créditos de energia reserva	7.866	51.945
Baixa de ativos	(3.212)	(1.818)
Ressarcimento PIS/COFINS	-	4.977
Outras	(17.894)	(5.178)
	(39.389)	(33.871)
Despesas operacionais	(276.313)	(296.538)

21. Resultado financeiro	2019	2018
Despesas financeiras		
Encargos s/empréstimos e financiamentos		
Internos	(5.262)	(3.951)
IOF	(561)	(622)
Multas/juros por infrações fiscais	(758)	(2.253)
PIS/COFINS s/receitas	-	(6.171)
Encargos cessão recebíveis Novelis	(1.680)	(2.958)
Variações cambiais dos passivos	(5.292)	(24.291)
Operações com derivativos	(14.860)	(57.378)
Arrendamentos	(3.234)	-
Outras	(1.181)	(1.009)
	(32.828)	(98.633)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	4.040	7.423
Rendimentos crédito prev. privada	369	502
Outras	1.419	18.321
	5.828	26.246
Resultado financeiro, líquido	(27.000)	(72.387)

João Batista Fialho de Menezes
Diretor Executivo

Evaldo Basilio de Oliveira Batista
Gerente Executivo Financeiro

Carlos Antonio Vionet Correia Junior
Contador - CRC: RJ - 117057/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.
Barcarena - Pará

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para as Notas Explicativas n° 1 e n° 10 às demonstrações financeiras, que indicam que parte substancial das operações da Companhia são efetuadas com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador - CRC RJ-112066/O-0